

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



ERRADICAÇÃO DA POBREZA E MARGINALIZAÇÃO E DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS

Autor(res)

Adriano De Souza Figueredo
Ângela Severo Barbosa Medeiros
Wanuza Chaves Da Silva
Ana Beatriz Malta Da Silva
Monique Thawani Da Silva Rocha
Kamille Riane Nunes Ribeiro
Thiago Borges Ribeiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

Introdução

A Constituição Brasileira de 1988, consagra em seus artigos princípios fundamentais que conduzem de maneira célere os aspectos a serem adotados para construção de um sociedade mais justa e igualitária. Destacam-se entre esses princípios a erradicação da pobreza, a redução da marginalização e a diminuição das desigualdades sociais e regionais, estabelecida como meta imprescindível para a imersão de um Estado Democrático de Direito. Essa pesquisa visa analisar o problema enfrentado pelo país como um todo, bem como, políticas públicas promovidas pelo Estado desde a promulgação da constituição de 1988 como forma de inaugurar fundamentos que promovam ordem econômica, integração do coletivo e desenvolvimento sustentável.

Objetivo

A pesquisa em questão tem como objetivo a análise crítica da erradicação da pobreza, ao qual, mostramos a importância não só economicamente, mas de toda uma história sem acesso à educação. Além disso, o maior objetivo em questão é o fornecimento de conhecimento em forma legal para a impugnação da pobreza.

Material e Métodos

Através de revisão bibliográfica a pesquisa decorre à caráter objetivo de, trazer-nos reflexões extremamente pertinentes sob à ótica do direito constitucional acerca da erradicação da pobreza. Para a realização do trabalho foram utilizadas diversas fontes, incluindo revistas acadêmicas online, artigos, teses e dissertações. A análise desse material fornecerá valiosas informações para compreendermos os desafios e as possíveis abordagens legais para combater a pobreza contribuindo assim para um debate mais informado e embasado sobre essa crucial questão.

Resultados e Discussão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Em 1988 a constituição colocou em primeiro plano os direitos fundamentais, trazendo com esses direitos possíveis soluções para a erradicação da pobreza. De fato, a erradicação da pobreza ainda não existiu uma vez que, erradicar significa eliminar de vez porém, existe uma diminuição significativa nos números conforme os anos. De 1990 a 2015 foram os anos onde houveram grandes quedas nesses números e ainda mais esperança para erradicar. O Brasil, já esteve em situações de pobreza muito piores do que nos dias atuais, vários órgãos e políticas públicas vêm estabelecendo soluções para que esse índice diminua ainda mais.

Recursos como o bolsa família, um programa de proteção social que visa a transferência de renda para todas as famílias necessitadas do Brasil, entre outros programas. A ONU (Organização das Nações Unidas) tem como objetivo erradicar de vez a pobreza extrema e diminuir as desigualdades sociais em 2030 garantindo igualdade, recursos humanos e econômicos.

Conclusão

Apesar das políticas públicas empregadas, como o Bolsa Família, este tema não pode ser reduzido à mera visão econômica, deve-se pensar na construção histórica da pobreza com anêmico acesso à educação. Para aplacar este problema é necessário que ao invés de políticas que apenas insiram pessoas em situação de pobreza no meio social e econômico, sejam empregadas políticas que visem combater o âmago da questão, não só inserindo-os na sociedade, mas também promovendo a ascensão.

Referências

BARROS, R. P. De et al uma análise das principais causas da queda recente da desigualdade de renda brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Texto para Discussão, n.1258. disponível em :< www.ipea.gov.br >. Acesso em: nov..2009 SciELO - Brasil - Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira Universidade de Santa Catarina

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 mar. 2024.

PNUD - Erradicação da pobreza garante desenvolvimento e inclusão social no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pnud-erradicacao-da-pobreza-garante-desenvolvimento-e-inclusao-social-no-brasil/> . Acesso em: 27 de Abril de 2019.